



**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER OS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º E DO 2º BIMESTRE DE 2018 E DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018 E DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017 DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09H, NA SALA DAS REUNIÕES, PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, muito bom dia, também a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como os ouvintes da Rádio Digital da Alesc (Rádio AL). Quero cumprimentar o eminente Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli; a diretora do Tesouro Estadual de Santa Catarina, senhora Michele Patrícia Roncalio; e a coordenadora de Informações da Gestão Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, senhora Maria Luiza Seemann.

A nossa reunião de hoje será realizada em duas etapas. A primeira etapa será com o Secretário Paulo Eli e seus assessores para apresentar a esta Comissão os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do 1º e do 2º Bimestre de 2018 e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre. A data de hoje foi agendada de comum acordo e é em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas, antes de dar início, levo ao conhecimento de vossas excelências que tenho em mãos a ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Tributação referente a 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, da qual os senhores Deputados receberam cópia em seus respectivos gabinetes. Em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão. Em votação. Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Recebo ofício da eminente Deputada Estadual Luciane Carminatti, comunicando ausência no dia de hoje, tendo em vista o Seminário Nacional de 4 anos do Plano Nacional de Educação (PNE).

Na segunda etapa da nossa reunião serão debatidos, discutidos e aprovados ou não, os projetos de lei pautados por suas excelências, os senhores Deputados.

Vamos então para a primeira parte da nossa reunião com apresentação do Secretário Paulo Eli. Vossa excelência, Secretário, terá vinte minutos para apresentação e, após, as indagações provenientes dos senhores Deputados.

Com a palavra o Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras e senhores, bom dia.

Nós vamos apresentar aqui, nesta audiência pública, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º parágrafo 4º, da Lei Complementar 101/2000. Nós vamos fazer também uma apresentação do 3º Quadrimestre de 2017, que não foi feita audiência pública até agora. Então, vamos complementar o 3º Quadrimestre de 2017 com o 1º Quadrimestre de 2018, porque os dois têm relação entre eles.



Com a palavra a coordenadora de Informações da Gestão Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, senhora Maria Luiza Seemann.

A SRA. MARIA LUIZA SEEMANN – Bom dia a todos.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

Dando início, vamos demonstrar que os Relatórios 6º Bimestre de 2017 e do 3º Quadrimestre de 2017 tanto do Poder Executivo quanto do Consolidado foram publicados no Diário Oficial e estão disponíveis no Portal da Transparência do Poder Executivo.

Vamos fazer uma breve exposição do cenário nacional para podermos avaliar o resultado fiscal do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina foi um dos poucos Estados que não aumentaram as alíquotas de impostos no ano de 2017, dos 27 Estados, apenas 6 Estados não aumentaram os impostos.

Sobre a taxa de crescimento real do PIB. *(Mostra imagem.)* A taxa de crescimento de 2015 ficou, em Santa Catarina, em menos 4,2% e no Brasil em menos 3,5%. A estimativa para 2016 ficou em menos 4%, no Estado, e em menos 3,5% no Brasil. Para 2017 a estimativa ficou em 3,9% no Estado e no Brasil apenas 1%.

Em relação à arrecadação dos tributos federais. Nós somos o sétimo maior Estado em arrecadação de tributos federais, porém somos o Estado com o quarto menor percentual de retorno dos tributos.

Em 2017 *(aponta para imagem)*, ocupamos o 7º lugar em investimento, sendo investido R\$ 1,98 bilhão, e estamos na 6ª posição em menor comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de custeio. O comprometimento da RCL com despesa de custeio ficou em 31,81%, em 2017.

Apresentamos o 6º maior gasto com pessoal em relação à RCL em 2017, apresentando um índice de 49,73%.

Somos o 5º maior déficit Previdenciário com R\$ 3,65 bilhões em 2017.

Ficamos com o 5º maior déficit Primário em 2017, apresentando um déficit de R\$ 1,13 bilhão.

O comprometimento da RCL com a dívida consolidada fechou em 2017 com 51,10% e ficamos com o 16º menor comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida em relação aos outros Estados.

Agora, entrando na parte dos resultados do Estado propriamente dito. A Receita Bruta Prevista para 2017 foi de R\$ 35,50 bilhões, desse valor 98% foi executado, correspondendo a Receita Bruta Arrecadada de R\$ 34,70 bilhões, em 2017.

A Arrecadação Bruta Total *(mostra gráficos)* foi de 66,41% que se referem as Receitas Tributárias, correspondendo ao valor de R\$23,04 bilhões. Em segundo lugar fica a Receita de Contribuições, que é essencialmente a receita de contribuições do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores, que somou R\$ 2,34 bilhões.

A Arrecadação Tributária Própria somou R\$ 23,52 bilhões e apresentou um crescimento, em relação a 2016, de 7,19%. Desse valor, R\$ 19,50 bilhões correspondem arrecadação de ICMS.

Em relação aos repasses do governo federal. O total repassado foi de R\$ 1,54 bilhão em 2017. Apresentou um decréscimo de 5,54%, em relação ao ano anterior. Desse valor, o repasse mais expressivo foi do Fundo de Participação dos Estados que somou R\$ 1,06 bilhão em 2017.

Em relação às Deduções da Receita, que são os recursos arrecadados pelo Estado, mas que efetivamente não ficam nos cofres do Tesouro, são transferidos, com as repartições dos impostos aos Municípios, o 25% de ICMS, o 50% de IPVA, e as transferências legais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação da Educação (Fundeb). O total de



Deduções foi de R\$ 9,3 bilhões em 2017. Desse valor, R\$ 5,79 bilhões foram repassados aos Municípios; R\$ 3,41 bilhões foram repassados ao Fundeb. Isso resultou numa Receita Líquida disponível para o Estado de R\$ 25,37 bilhões.

Em relação aos Conceitos dos Indicadores de Receita. A Receita Corrente Líquida é o indexador que a LRF fixou para a verificação de limite de despesa com pessoal, dívida consolidada, operação de crédito e concessão de garantias e contragarantias.

A Receita Líquida de Impostos para verificação da aplicação mínima em educação e saúde, e a Receita Líquida Disponível, que é o balizador da distribuição da Receita do Estado com os demais Poderes, Tribunal de Contas, Ministério Público, Udesc e Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos. Da Receita Líquida Disponível (RLD), foi repassado 22,05% aos demais Poderes e órgãos, o que somou R\$ 3,33 bilhões em 2017.

Em relação ao Orçamento de Despesas de 2017. Inicialmente a Dotação foi fixada em R\$ 26,7 bilhões, acrescida de Créditos Adicionais num total de R\$ 4,35 bilhões, que resultou numa Despesa Total Autorizada de R\$ 30,43 bilhões. Desse total 84% foi executado, o que corresponde a um total de Despesa Empenhada de R\$ 25,60 bilhões em 2017. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

Analisando as Despesas por Poderes e Órgãos, do valor total, foi executado pelo Poder Executivo R\$ 16,03 bilhões; pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores R\$ 6,08 bilhões; e pelo Poder Judiciário R\$ 2,13 bilhões.

Quando analisamos as Despesas Executadas por Área, a principal área, com valor mais expressivo, foi a Previdência Social, que se refere ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores, com R\$ 6,08 bilhões em 2017 e apresentou um crescimento de 7%. Seguido da Educação com R\$ 3,43 bilhões e da Saúde com R\$ 3,13 bilhões.

Quando analisamos as despesas executadas por grupo, a Folha de Pagamento representou R\$ 15,58 bilhões e apresentou um crescimento de 6% em relação ao ano de 2016. Desse valor, R\$ 9,66 bilhões referem-se à folha de pessoal de ativos e R\$ 5,92 bilhões de inativos e pensionistas. As despesas com custeio somaram R\$ 6,72 bilhões e apresentou um crescimento de 6,19% em relação ao ano de 2016. Os investimentos somaram R\$ 1,98 bilhão e apresentou um crescimento de 6,07% em relação ao ano anterior. E o pagamento da dívida foi no total de R\$ 1,31 bilhão.

Aqui (*mostra o gráfico*) a gente apresenta uma evolução ao longo dos anos da Folha de Pagamento do Poder Executivo. Do ano de 2016 para o ano de 2017 a folha de pagamento de pessoal ativo cresceu 3%, enquanto a folha de inativos e pensionistas cresceu 6%.

Em relação ao resultado previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores. O total das receitas arrecadadas pelo RPPS foi de R\$ 2,4 bilhões e o total de despesas executadas foi de R\$ 6,1 bilhões. O déficit acumulado do RPPS do ano de 2013 ao ano de 2017 é na soma de R\$ 15,1 bilhões. O valor repassado pelo Tesouro Estadual para o RPPS, em 2017, foi de R\$ 5,1 bilhões. Desse total, R\$ 1,4 bilhão é referente à contribuição patronal do Poder Executivo e R\$ 3,7 bilhões é a cobertura do déficit previdenciário.

Em relação aos Investimentos, como já falei anteriormente, o total de investimentos foi de R\$ 1,98 bilhão e apresentou um crescimento de 6% em relação ao ano de 2016. Do total investido 65% dos recursos referem-se às operações de crédito, decorrente do programa Pacto por Santa Catarina.

Referente à apuração do limite do Gasto com Pessoal, em dezembro de 2017 foi apurado 49,73% da Receita Corrente Líquida. Dessa despesa com pessoal não foram



consideradas as despesas com verbas indenizatórias; as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público com o Tribunal de Contas em virtude de sua autônoma orçamentária e financeira; as despesas com jetons, pagos aos integrantes de conselhos estaduais; e as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos próprios do RPPS.

Enquanto a despesa estiver acima do limite prudencial tem algumas vedações: a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título; a criação de cargo, emprego ou função; a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; e a contratação de hora extra.

Caso a despesa ultrapasse o limite de pessoal, que é de 49% da RCL, além daquelas medidas, deverão ser adotadas as seguintes providências: a redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

Em relação aos Mínimos Constitucionais. Da Receita Líquida de Impostos (RLI) em 2017, o Estado deveria repassar até o final do exercício 25% para a Educação e 13% para a Saúde. Em Educação foi aplicado 26,94% em 2017. O total de despesas consideradas no mínimo constitucional da Educação foi de R\$ 4,97 bilhões. Desse total, R\$ 780 milhões correspondem a 45% do total de despesas com inativos da Educação, que foram consideradas no mínimo.

Em Saúde o percentual aplicado foi de 13,24%. Aqui (*mostra a tabela*) a gente demonstra o detalhamento das apurações da Aplicação em Saúde. No fechamento foi apurado um total de despesas de R\$ 2,34 bilhões, o que resultou numa aplicação de 12,67% da RLI. Após o fechamento foram verificados outros dispêndios e despesas, que haviam sido executados fora da ação própria de Saúde. Dentre eles os dispêndios com sequestros judiciais relacionados à área de saúde e as despesas com comunicação e com serviço da dívida. O que resultou no total de despesas de R\$ 2,44 bilhões e a uma aplicação em Ações de Serviço Público de Saúde (ASPS) de 13,24%. Porém, agora no julgamento das contas, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina apurou um percentual de 13% aplicado em ASPS.

Em relação ao Resultado Nominal – que demonstra a evolução da dívida consolidada líquida em um determinado período. A meta fixada para o resultado nominal foi um déficit de R\$ 810,70 milhões e o resultado nominal apurado foi um déficit de R\$ 104,25 milhões, em 2017.

Em relação ao Resultado Primário – que é considerado o resultado operacional do Estado. A meta fixada para 2017 foi um superávit primário de R\$ 390,36 milhões e o resultado primário alcançado foi um déficit de R\$ 1,13 bilhão.

O limite de Garantias e Contragarantias concedido, fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é de 22% da RCL. Ao final de 2017 o índice atingido foi de 3,12%. O limite de operações de crédito no ano é de 16% da RCL e ao final de 2017 o índice foi de 5,03%.

Em relação à dívida consolidada. O limite fixado pela LRF é de 200% da RCL e o percentual atingido ao final de 2017 foi de 51,10% da RCL.

Aqui (*mostra o gráfico*) a gente demonstra a Evolução de Serviço da Dívida. O total pago com juros e encargos e amortização da dívida, ao final de 2017, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Agora entrando nos resultados do 1º Quadrimestre.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Entrando agora no 1º Quadrimestre de 2018.



A SRA. MARIA LUIZA SEEMANN – Esses dados também foram publicados no Diário Oficial e estão disponíveis no Portal da Transparência do Poder Executivo.

A Receita Bruta Prevista para 2018 foi fixada em R\$ 36,31 bilhões. Até o 1º Quadrimestre, a Receita Bruta Arrecadada foi de R\$ 11,52 bilhões, que corresponde a 32% do que foi inicialmente orçado.

Da Arrecadação Bruta Total, o percentual de 73% corresponde às receitas tributárias que somam R\$ 11,52 bilhões. Desse total, as receitas tributárias correspondem a R\$ 8,35 bilhões até abril de 2018.

Na Arrecadação Tributária Própria houve um crescimento de 7,44% em relação ao 1º Quadrimestre de 2017. Do total de R\$ 8,28 bilhões, R\$ 6,89 bilhões corresponde a arrecadação de ICMS.

Repasses do Governo Federal. Até o 1º Quadrimestre foram repassados R\$ 576,14 milhões, apresentando um crescimento de 9,55% em relação ao 1º Quadrimestre de 2017. [*Estagiária-Revisora: Bruna Maria Scalco*]

Do total repassado, o repasse mais expressivo corresponde ao Fundo de Participação dos Estados, que foi de R\$ 408,85 milhões.

Deduções da Receita. Como falaram anteriormente, os repasses aos Municípios, da repartição tributária, os repasses legais ao Fundeb somaram R\$ 3,30 bilhões, sendo que desse total, R\$ 2,07 bilhões foram repassados aos Municípios, R\$ 1,21 bilhão transferidos legalmente ao Fundeb. Isso resultou numa Receita Líquida Disponível para o Estado de R\$ 8,22 bilhões.

Nesse sentido, no 1º Quadrimestre a Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 7,25 bilhões, a Receita Líquida de Impostos (RLI) ficou em R\$ 6,48 bilhões e a Receita Líquida Disponível (RLD) em R\$ 5,29 bilhões. Do total da RLD, 22,05% foram repassados aos Poderes e demais órgãos, correspondendo a um total de R\$ 1,17 bilhão durante o 1º Quadrimestre.

Orçamento de Despesas em 2018. Em relação às despesas orçadas para 2018, inicialmente foram orçados R\$ 26,43 bilhões, durante o 1º Quadrimestre os créditos adicionais somaram R\$ 2,82 bilhões, o que resultou numa despesa total autorizada de R\$ 29,25 bilhões. Desse total, 27% já foram liquidados, o que corresponde à soma de R\$ 7,77 bilhões.

Despesas por Poderes e Órgãos. Aqui a gente apresenta a execução por Poderes e órgãos da despesa liquidada. Do total de R\$ 7,77 bilhões, R\$ 4,58 bilhões foram liquidados pelo Poder Executivo e R\$ 2,08 bilhões pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Quando analisada por área, novamente a área da previdência, do Regime Próprio de Previdência, é a com maior valor de execução, com R\$ 2,08 bilhões, seguido por Educação com R\$ 1,04 bilhão, Saúde R\$ 1 bilhão, Segurança Pública R\$ 870 milhões e a Dívida Pública R\$ 470 milhões. Analisando por grupo, vemos que a folha de pagamento somou um total de R\$ 5,26 bilhões, apresentando um crescimento de 6,05% em relação ao 1º Quadrimestre do ano anterior; as despesas com custeio somaram R\$ 1,81 bilhão, também apresentando um crescimento de 6,46%; os investimentos tiveram uma redução de aproximadamente 21%, somando durante o 1º Quadrimestre R\$ 300 milhões; e o pagamento da dívida, que teve uma evolução de aproximadamente 44%, somou até o 1º Quadrimestre R\$ 400 milhões.

Gasto com Pessoal – LRF. O gasto com pessoal apurado no 1º Quadrimestre de 2018 foi de 48,99%. Dos mesmos, além das despesas de verbas indenizatórias, as despesas com o pessoal da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, as despesas com jetons, também não foi considerada a despesa com abono constitucional de férias, caracterizado juridicamente



como verba indenizatória, e os valores referentes aos contratos com Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público contratados pelo Poder Executivo.

As mesmas implicações apresentadas anteriormente, ou seja, enquanto a despesa total com pessoal estiver acima do Limite Prudencial não pode conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração; criar cargo, emprego ou função; alterar a estrutura de carreira; contratar hora extra. E caso permaneça acima dos 49%, ainda há redução de pelo menos 20% das despesas com cargo de comissão e exoneração de servidores não estáveis.

Folha de Pagamento – Executivo. Apresenta novamente a evolução da folha de pagamento do Poder Executivo, que em relação aos primeiros quadrimestres de 2017 para 2018 houve uma evolução de 5,15% e também de 5,04% na folha de inativos e pensionistas.

Mínimos Constitucionais. Quanto à aplicação dos mínimos constitucionais, da Receita Líquida de Impostos o Estado, em 2018, deve aplicar 25% para a Educação e 14% para a Saúde. Em Educação foram aplicados 25,39% da RLI, somando a despesa total considerada de R\$ 1,65 bilhão, dos quais R\$ 241 milhões se referem a 40% do total das despesas com inativos considerados; em Saúde, até o 1º Quadrimestre, foram aplicados 12,38%; em Segurança Pública, no 1º Quadrimestre, foram aplicados R\$ 868,85 milhões, o que representa um crescimento de 2,89% em relação ao 1º Quadrimestre do ano anterior; e em Justiça e Cidadania foram aplicados durante o 1º Quadrimestre R\$ 253,95 milhões, o que representa um crescimento de 17,13% em relação ao mesmo período de 2017.

Investimentos. O total executado de investimentos, liquidado, foi de R\$ 246,42 milhões durante o 1º Quadrimestre, quando em 2017 havia sido de R\$ 337,21 milhões.

Resultado Nominal. Em relação à meta de resultado nominal apurado, a meta fixada foi um déficit nominal de R\$ 1,55 bilhão e o resultado nominal apurado foi um superávit de R\$ 1,82 bilhão – nesse resultado há uma influência em virtude da alteração de metodologia no cálculo dos demais haveres exigidos pela STN através do Manual de Demonstrativos Fiscais para 2018. No resultado primário, a meta foi fixada num superávit de R\$ 477,86 milhões e o resultado primário obtido até o 1º Quadrimestre foi de R\$ 2,37 bilhões.

Dívida Consolidada Líquida. Em relação ao percentual da dívida consolidada, que é de 200% da RCL, limite fixado pela LRF, no 1º Quadrimestre o índice apurado foi de 89,48% da RCL. No percentual da dívida consolidada líquida em relação à RCL, aquela alteração de metodologia exigida pela STN também impacta no aumento comparado ao ano anterior.

Garantias e Contragarantias. No percentual de Garantias e Contragarantias concedido, que é de 22%, o índice apurado no 1º Quadrimestre foi de 3,10% da RCL; e de operações de crédito, que é de 16%, até o 1º Quadrimestre o percentual foi de 5,03% da RCL.

Era isso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Nós vivemos em 2015, 2016 e 2017 a pior recessão da história brasileira, maior que a recessão provocada pelo *crash* da Bolsa de 1929, que resultou na Guerra Civil de São Paulo e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Nós tivemos três anos seguidos de déficit, de encolhimento do PIB brasileiro, que resultou nessas contas que nós estamos apresentando hoje, em que a arrecadação de 2017, em termos reais, é inferior à arrecadação de 2014, só que as despesas se mantiveram em nível de crescimento, apesar de contidas. A recessão fez com que a receita caísse. Com a receita em queda e a despesa subindo – e são despesas



sobre as quais o gestor público não tem ingerência sobre elas porque são despesas, por exemplo, de déficit previdenciário, são pessoas que têm direito a se aposentar com um valor e você simplesmente tem que pagar mesmo descumprindo uma lei que diz que você não pode pagar despesa de pessoal acima de 49%. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Então em 2017, a folha superou o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em 49%, apesar de terem sido excluídas várias verbas indenizatórias. Em 2018, nós excluímos mais uma verba indenizatória para ficar abaixo de 49%, que é o abono de férias que o Supremo Tribunal está considerando ser uma verba indenizatória, e, daqui a pouco, nem Imposto de Renda a gente vai pagar sobre esse valor. Mas o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à folha chegou num nível que, apesar de nós já termos reduzido em mais de 20% o custeio em cargos comissionados, a outra verba que nós temos que agora eliminar é a dos servidores não estáveis. Antes de eliminar servidores não estáveis da conta do Executivo, temos que nos certificarmos se o Executivo está fazendo a conta certa. Por isso, optamos em fazer a conta porque temos três mil servidores no Estado que estão em estágio probatório e, para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, teríamos que fazer esse processo de demissão que nós não vamos fazer. Na realidade, vamos nos certificar se as contas estão corretas.

Com relação aos 14% da saúde, antes de cumpri-los, eu tenho que pagar os 13% do ano passado. Então, apesar de financeiramente nós estarmos passando 14% para a Secretaria de Saúde hoje, estamos pagando 13% do ano passado. Então até o final do ano nós temos que cumprir os 14%, mas, de todo modo, temos que pagar a dívida da saúde que é, segundo o Tribunal de Contas, R\$ 1 bilhão. Já pagamos uma parcela significativa, e ela conta para os 13% do ano passado e não conta para os 14% deste ano.

O cenário deste ano, em função da recuperação da economia, mas não na recuperação em relação ao crescimento econômico e simplesmente da saída da recessão, nós temos uma meta de 7% de acréscimo de arrecadação. E esse Quadrimestre que começou agora vai ficar frustrado porque nós tivemos a greve dos caminhoneiros; a economia parou 10 dias, a arrecadação de maio baixou R\$ 130 milhões; na arrecadação de junho a queda confirmada já está em R\$ 170 milhões – nós achamos que deve fechar com uma queda de R\$ 200 milhões em junho; temos uma queda esperada em julho acima de R\$ 100 milhões porque a companhia de energia, a Celesc, recolheu o imposto relativo a abril em junho, e o imposto de maio vai ser recolhido em julho. Como a economia parou 10 dias e as indústrias pararam 10 dias, a demanda de energia na rede caiu quase 20% nesses dias, nós esperamos uma queda de arrecadação da energia elétrica agora em julho, então vai ter um reflexo grande. Nossa meta de incremento da arrecadação de 7% neste Quadrimestre ficará frustrada.

Colocamos as contas de 2018 praticamente em dia. Nesses dois meses agora nós vamos ter dificuldades para cumprir os contratos porque não tem receita em função da queda da arrecadação.

Com relação às dívidas de 2017, nós ainda estamos levantando, mas já pagamos uma boa parte, só que acreditamos que se leva de dois anos a três anos para pagar as dívidas de 2014, 2015, 2016 e 2017 que ainda se encontram nos nossos balanços, fora as dívidas que não estão contabilizadas em função de que muitas despesas foram executadas sem orçamento. Então nós temos um monte de despesa sem empenho no Executivo simplesmente porque o órgão não tinha orçamento para empenhar despesa, apesar de a empresa ter prestado o serviço e ter o direito a receber esses valores.

O cenário para 2018 é esse, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradecemos a participação do senhor Secretário e de suas assessoras.

Vamos abrir as inscrições para os senhores Deputados se manifestarem.

Com a palavra o senhor Deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, e todos que nos acompanham nesta sessão, quero agradecer a presença do Secretário Paulo Eli juntamente com suas assessoras.

Eu tenho uma pergunta: esse material estará disponível aos Deputados para que a gente possa depois fazer uma análise também juntamente com a equipe técnica para posterior questionamento, se porventura houver necessidade? Consulto o Secretário se vai ser disponibilizado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Está bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Deputado Marcos, em seu nome, cumprimento todos os Deputados e cumprimento, por intermédio do Secretário Paulo Eli, todos os servidores da Fazenda que trazem aqui uma apresentação bastante didática e esclarecedora para todos nós aqui da Comissão de Finanças.

Eu gostaria de ouvir, Secretário Paulo Eli, qual é a solução? Nós temos observado a cada relatório apresentado aqui que o déficit da Previdência do Estado aumenta ano após ano numa escala quase equacional, e fala-se que nos próximos anos nós teremos ainda um número maior de funcionários públicos que estarão adquirindo direito de aposentadoria. Na visão da Secretaria da Fazenda, qual a solução para esse problema, em curto e em médio prazo? Porque ele é, segundo as tabelas apresentadas aqui, uma grande ameaça para a capacidade de investimento do Estado e do próprio *status quo* das finanças públicas. Qual a solução que a Secretaria da Fazenda vê para reverter esse déficit previdenciário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vou sugerir aos senhores Deputados para que dois Deputados façam suas manifestações e, em seguida, o Secretário Paulo Eli responde.

Com a palavra o Deputado Estadual Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Bom dia, senhor Presidente, colegas Parlamentares, Secretário Paulo Eli e todas as pessoas que acompanham hoje esta importante sessão em que a gente, com muita preocupação, constata a realidade do setor público brasileiro que não é diferente em Santa Catarina.

Nós vivemos um ciclo de falência do serviço público nos moldes que nós o construímos ao longo das décadas. Hoje nós temos aprovada uma lei de teto de gastos que impõe um limite no serviço público. Se a gente olhar nesse Quadrimestre, a própria folha dos ativos cresceu 5% sem dar aumento, enquanto o teto diz que nós podemos gastar 2,9% nas Despesas Correntes etc., sobre o que foi ano passado. E, aí, a gente vê o desequilíbrio que nós nos encontramos por leis que foram consolidadas aqui, em que o serviço público tem um crescimento vegetativo de custos sem a gente gerar aumento.

A pergunta, Secretário Paulo Eli, é: será que não é a hora de rever esses critérios? Porque nós estamos indo para o fundo do poço. Se nada for feito, a insolvência é o que a gente está observando nesses últimos anos e neste ano não será diferente, pois vamos fechar com déficit nominal de novo, assim como a nação



brasileira e nós todos sabemos, que qualquer órgão, qualquer empresa, qualquer família que gera déficit continuado vai quebrar.

Então o que o Estado está preparando para poder pelo menos amenizar esse crescimento do custeio vegetativo o qual nós temos que dar um jeito de parar? A gente sabe que a Previdência gera o maior déficit e que, a exemplo de outros países, também vai chegar a hora de nos revermos isso. O que o Estado está pensando para este ano inclusive com esse agravamento da crise econômica que vivemos em função da greve? [Estagiária: Ana Clara Mota] [Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Secretário Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bem, as duas perguntas, basicamente, têm a mesma resposta.

Nós temos que olhar para nós mesmos, somos todos aqui servidores, né? Qual o Estado que nós queremos? Eu fiz análise do diagnóstico, por exemplo – eu estou ali desde fevereiro, mas trabalho no Estado há 35 anos –, todos falam em reduzir a estrutura, reduzir isso, reduzir aquilo, tal, tal, mas essas estruturas que nós dizemos que são supérfluas, elas não representam nem 1% do Orçamento. Nós estamos falando aqui em hospitais, escolas, presídios, quartéis, delegacias e em manutenção rodoviária, que são as grandes contas do Estado. Nessas contas, se o Tesouro não colocar dinheiro, o serviço não é executado. Então, qualquer proposta que venha para reduzir isso vai precarizar mais ainda os serviços.

Portanto, a única solução que temos hoje, apesar da necessidade de rever realmente o modelo do Estado, é o crescimento econômico. Todos esses números que mostramos aqui são advindos basicamente de um período de recessão em que as empresas não têm dinheiro para pagar os impostos, mal têm dinheiro para pagar sua folha de pagamento. E a carga tributária em relação às pessoas de renda baixa está muito elevada. Então nós não temos espaço para aumentar a carga tributária nas pessoas de baixa renda e nós não temos espaço para reduzir os serviços públicos, porque senão entramos em colapso.

Quando se faz 60 anos, tem-se o direito de andar de ônibus de graça. Então, num País onde tudo é de graça, onde na renda das famílias catarinenses, que é a terceira maior renda do País, temos cinco milhões de catarinenses cuja a família ganha até R\$ 1.903,00. Esse valor é isento da taxa de Imposto de Renda. Então, nós temos cinco milhões de catarinense que vivem na pobreza, não é na extrema pobreza. Nós temos Estados no Norte e Nordeste onde 90% das pessoas vivem em famílias que ganham um salário mínimo. O Estado de Santa Catarina tem uma posição melhor, só que a arrecadação que o Estado tem em cima desses cinco milhões de pessoas, em cima da renda dessas famílias, não paga os serviços que elas usufruem. Então a única forma de o Estado sair desse círculo vicioso que nós vivemos é o crescimento econômico. A única forma de nós sairmos.

Deputado, eu não vejo espaço para que o senhor possa reduzir o valor da aposentadoria. Apesar de o Estado ter reduzido o crescimento de ingresso nos últimos anos, hoje, nós temos mais servidores aposentados do que ativos no regime estatutário. A diferença é coberta com servidores ACTs, e não é uma boa política ter servidores ACTs. Mas só que nós não temos espaço para fazer concurso para todos serem admitidos e viverem nesse ciclo. A única forma que nós temos é o crescimento econômico. Essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – Bom dia, senhor Presidente e senhores Deputados.

Cumprimento o Secretário Paulo Eli e sua equipe e aproveito para parabenizá-lo pela apresentação dos dados de 2017 e 2018, 1º Quadrimestre.

A gente vê que o cenário nacional e mundial é muito caótico, como o Secretário mesmo falou, um cenário em que vivemos a maior recessão da história do nosso país. Santa Catarina pode atravessar essa grande turbulência nacional, sendo um dos poucos Estados que não aumentou o imposto e pôde apresentar um crescimento do PIB de 3,9% em 2017. Isso aconteceu porque o governo fez a sua parte, fez a reforma administrativa, a reforma da previdência, extinguiu órgãos no Estado, como a Bescor e a Codesc, que não tinham mais a necessidade de existir, fez essa gestão pública com o apoio total e irrestrito da Assembleia Legislativa. Tudo isso deu condições de Santa Catarina atravessar esse momento bastante turbulento e apresentar um resultado muito importante à sociedade.

Mas a gente, hoje, sente, vive num momento de muita complexidade que se agravou mais ainda com a greve dos caminhoneiros. Os números apresentados pelo Secretário são muito preocupantes para Santa Catarina. Essa queda de arrecadação no mês de abril, maio, junho e agora a previsão para o mês de julho, faz ascender o sinal amarelo em Santa Catarina – acho que mais no vermelho –, porque a gente não sabe onde que isso vai parar, porque é um desajuste de toda a cadeia produtiva de arrecadação, como se fosse um grande relógio em que as engrenagens foram quebradas. Temos que fazer essas engrenagens se encaixarem e funcionarem, acertar os ponteiros da economia de Santa Catarina e do Brasil. Isso vai levar um bom tempo. Mas as contas, o custo da máquina pública, ele é diário, ele é mensal. E os serviços públicos precisam ser ofertados, principalmente para a população catarinense que mais precisa.

Eu faço essas ponderações, muito preocupado, com o cenário atual. Penso que a utilização de tecnologia de inteligência artificial é extremamente necessária dentro do serviço público, pois são investimentos que vão fazer uma redução muito significativa do custeio da máquina pública. Nós temos que pensar nisso para o futuro de Santa Catarina, não temos alternativa, já que o gasto com o pessoal tem que ser reduzindo. Temos esse desafio da previdência pública estadual, pois temos um gasto anual de R\$ 6 bilhões e arrecadamos R\$ 2 bilhões, ou seja, um déficit de R\$ 4 bilhões por ano na previdência pública estadual que só vai aumentar. E não tem como reduzir essa despesa, porque é um direito adquirido dos servidores públicos estaduais. O problema é que a sociedade, em que pese todo esse cenário, ela não se sente bem atendida pelos serviços públicos. A greve dos caminhoneiros teve uma adesão geral de todos os segmentos da sociedade brasileira. E aqui em Santa Catarina foi muito forte e a sociedade demonstrou claramente que ela não concorda e não se sente satisfeita com o cenário que está aí: temos uma alta carga tributária e uma baixa eficiência dos serviços públicos.

Então, os desafios estão lançados. Eu acredito – e bato muito forte nesta tecla – em investimento forte em tecnologia na dinamização dos serviços públicos para ofertar aos catarinenses, às pessoas do Estado, essa qualidade, esse diferencial que vai reduzir bastante o quadro e o custeio da máquina pública.

Parabéns pelo trabalho. Espero que o Secretário consiga ajustar essas contas do nosso Estado pelo bem do povo catarinense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CARLOS CHIODINI – Obrigado, senhor Presidente e Secretário Paulo Eli e toda equipe de servidores da Secretaria da Fazenda,



pela apresentação didática e, ao mesmo tempo, preocupante dos números de Santa Catarina.

Nós temos uma economia forte no cenário brasileiro, no entanto, os números de déficits previdenciários são maiores do que a nossa posição em arrecadação, é o quinto em relação ao sétimo, é maior no déficit geral do resultado anual, conforme apresentado no ano de 2017 e a projeção que segue é para o ano de 2018.

A preocupação aqui que os colegas Deputados explicitaram é a mesma que me ronda e que não seria diferente para vocês lá que fazem a gestão da Secretaria, Deputado Marcos, pois há reflexos em todas as áreas fins do Estado de Santa Catarina. A questão do déficit previdenciário é muito grande. Tem-se para este ano números exatos já previstos?

E, também, Secretário Paulo Eli, nós falamos aqui sobre a greve, o blecaute. Já há o número exato de perda, ou estimado ao menos de perda, da receita decorrente desse episódio que foi relevante, tanto na base da arrecadatória dos combustíveis, energia elétrica e de tudo o que nós conversávamos, como também na indústria no momento seguinte? [Taquígrafa-Revisora: Maria Aparecida Orsi] [Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini] Deputado Milton, falávamos semana passada sobre a ressaca após aquele momento que paralisou o País, o Estado de Santa Catarina, como vimos no noticiário nacional, apesar de ser territorialmente pequeno, foi um dos que tiveram mais barreiras e maior paralisação das atividades econômicas. Concluindo, essas eram as duas perguntas, objetivamente falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Passo a palavra para o senhor Deputado Estadual Patrício Destro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PATRÍCIO DESTRO – Bom dia, Secretário.

A minha pergunta é muito simples. Nós temos um projeto de lei que está aportado nesta Comissão, que será votado, possivelmente, daqui a pouco e que fala sobre a contratação de um empréstimo de U\$ 50 milhões para a Secretaria da Fazenda. Caso o senhor fosse um dos Deputados e tivesse direito ao voto, como o senhor se comportaria diante desse projeto? Queria saber a sua opinião sobre esse projeto, se ele é ou não relevante e o porquê, caso sua resposta seja sim.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Primeiro, vou responder ao Deputado. A questão econômica é muito relevante na arrecadação de tributos. Como eu falei antes, o ICMS é, basicamente, o imposto que incide sobre a renda das famílias. Renda de consumo, em que, por exemplo, a pessoa ganha R\$ 2.000,00 de salário e 17% são de ICMS; se tem um carrinho, 25% são da gasolina; a energia de casa fica com 25%. Portanto, a renda dessas famílias já é supertributada em relação à sua capacidade contributiva. E elas nem pagam Imposto de Renda. Nós estamos num sistema em que o hospital é de graça, a escola é de graça, enfim, tudo é de graça, mas nós não temos renda para dar "esse tudo de graça".

Então, o crescimento econômico é a única solução, e eu estudei muito sobre isso. O crescimento econômico no Brasil é a única solução. Se o Brasil crescesse como a Coreia cresceu... Se vocês conhecessem a Coreia na década de 1960, vocês iriam imaginar a favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Era a Coreia da década de 1960. Olhem a Coreia como está hoje. Basicamente, porque o país investiu em educação, investiu em segurança, investiu nas pessoas.

Com relação aos reflexos, foram 130 em abril, 170 a 200 em junho e mais cerca de 100 em julho. Mas isso ainda é irrelevante em relação ao futuro. Quantos empresários deixaram de investir agora na expansão de suas fábricas e na compra de máquinas e equipamentos por falta de previsão para o futuro! Como é que eu vou



investir em uma máquina para produzir um produto que eu não sei se vou vender. Vocês pensem em uma dona de casa que vai trocar a sua geladeira. Se ela tiver a perspectiva de perder o emprego, ela vai comprar a geladeira em prestações? Não vai. A economia gira assim.

Portanto, Deputado, eu me preocupo muito com relação à economia da economia, pois a política está interferindo muito na questão econômica, os empresários não têm segurança para investir e, apesar de os juros para empréstimos para investimentos serem os mais baixos dos últimos anos, ainda acho que eles são caros. Então, nosso futuro depende, basicamente, de crescimento econômico.

Com relação ao Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (Profisco/SC) eu que mandei o projeto para cá. A Secretaria da Fazenda e o Banco Interamericano de Desenvolvimento iniciaram um trabalho em 1997 com o primeiro projeto do Pnaf, com U\$ 17 milhões; depois teve o segundo projeto, que foi o Profisco I, de U\$ 30 milhões e este que é de até U\$ 50 milhões. Para que é esse projeto? Para gastar em tecnologia. Hoje, a Secretaria da Fazenda tem os dados de todas as empresas: o que entra, o que sai, o que é estoque, o que não é estoque, o que ela produz, o que ela não produz, ela tem todos esses dados, mas dados não são informações.

Então, o Profisco é um projeto para que a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Administração, a Procuradoria-Geral do Estado e a Secretaria de Planejamento trabalhem em um projeto integrado de gestão fiscal, aumento da receita e redução do custeio. Para vocês terem uma ideia, o Estado ainda hoje faz licitação, assim como as Prefeituras, pedindo três orçamentos para as empresas. Contudo, se a própria Secretaria da Fazenda tem o histórico do preço das notas fiscais, ela não precisa pedir orçamento externo para fazer a média de preço de uma licitação. Mas nós temos que construir um método para capturar essas informações e estabelecer a média da base de preço em uma licitação.

Hoje, por exemplo, eu tenho 15 mil empresas sob fiscalização na Malha Cartão. O que é a Malha Cartão de Crédito? Todos os senhores frequentam restaurantes e sabem que, sem pedir, não conseguem a notinha fiscal. Mas vocês pagam com cartão de crédito, aquele valor vai para nosso banco de dados, então nós separamos aquele valor e comparamos com a informação da empresa. São 15 mil empresas. Eu não tenho método para fiscalizar 15 mil empresas ao mesmo tempo. Então, esse projeto deverá ser executado em 5 anos, com início para o próximo ano. Se for aprovado ainda nesse primeiro semestre, nós conseguiremos assinar o contrato agora. E a primeira *tranche* de recursos virá só no final do ano e será, basicamente, para investir em tecnologia e serviços na aquisição de produtos, para o Estado comprar os seus produtos de uma forma mais econômica e mais barata.

E na questão da fiscalização das empresas... A sonegação, o caixa 2, das empresas no Brasil, segundo as estimativas do Instituto Ethos, é de R\$ 1 trilhão por ano, que é o valor que as empresas não registram. E a Tecnologia da Informação existe para criar metodologias para capturar essas informações, pois a concorrência desleal no mercado é muito elevada. Pensem numa empresa *A*, que recolhe tudo certinho, e uma empresa *B*, que recolhe a metade. Quem vai sobreviver no futuro? A empresa *B* que recolhe a metade, e a empresa *A* vai sumir do mercado. Por isso a luta contra a concorrência desleal é o maior projeto da Secretaria da Fazenda, pois todos os contribuintes têm que ter o mesmo tratamento tributário e as empresas têm que ter as mesmas condições de competitividade. Não se pode privilegiar uns em detrimento de outros.



A omissão da Secretaria da Fazenda em relação à fiscalização de tributos faz com que os mais espertos ganhem mercado e aqueles que cumprem a lei percam os seus negócios. Então, basicamente, se eu pudesse pedir pelo Profisco/SC, eu gostaria que ele fosse aprovado, pois é um projeto que será iniciado no próximo ano para melhorar as contas deficitárias que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro para a sua finalização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – Só mais um questionamento rápido. Secretário, segundo dados do Portal de Transparência da Receita Federal, no ano de 2017, em Santa Catarina foram recolhidos R\$ 51 bilhões em tributos federais, em impostos para o governo federal, e retornaram R\$ 9 bilhões – 18% –, ou seja, a cada R\$ 100,00 de imposto federal, retornaram R\$ 18,00 para o Estado.

No Paraná, de cada R\$ 100,00 arrecadados em imposto federal, retornaram R\$ 26,00 para o Estado. No Rio Grande do Sul, de cada R\$ 100,00 arrecadados em tributos federais, retornaram R\$ 23,00. Dos 3 Estados do Sul – para não fazer uma comparação com os demais Estados do Brasil, porque o Amapá, por exemplo, de cada R\$ 100,00 que arrecadou, retornaram R\$ 300,00 (*risos*) –, que têm a mesma condição, fazendo uma média entre eles, seria um percentual de 23% de retorno de investimentos federais de impostos, de transferências federais, num comparativo com os impostos arrecadados.

Dos 18% de Santa Catarina para 23% parece pouco, mas dá R\$ 2,4 bilhões em um ano. Se nós aplicássemos a média dos 3 Estados do Sul, nós arrecadaríamos mais e teríamos mais R\$ 2,4 bilhões em recursos para Santa Catarina. Resolveríamos inúmeros problemas daqui.

Como o senhor, enquanto Secretário da Fazenda, pensa e se posiciona a respeito disso e como poderíamos ampliar a transferência de recursos da União para Santa Catarina?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Eu participo das reuniões de Brasília desde de 1980. Em 1980, foi o ano da minha primeira reunião em Brasília. Primeiro, eles nos tratam como um Estado rico, apesar de nós sermos o “zero” da 101, com Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina no meio, sendo considerado o mais pobre dos três, mas, de todo modo, nós temos a renda de família mais elevada. Basicamente, a resposta é uma: representação política. Só isso. As contas são feitas lá em Brasília para os Deputados que moram em Brasília. Então, o Congresso aprova o nosso índice do Fundo de Participação dos Estados, FPE, depois de São Paulo é o menor do País. [*Revisora Cláudia Fernandes de Souza*] [*Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D’Agostini*]

Então, se você pegar, por exemplo, o Amapá, o índice do FPE do Amapá é enorme em relação à Santa Catarina, o nosso FPE deveria ser quase 5% e ele é 1,4%. Então basicamente isso é em relação à representação política. O Estado sempre perdeu. O Rio Grande do Sul, que nomeou vários Presidentes militares, sempre teve uma vantagem competitiva em relação a isso. E o Paraná, porque sempre foi um Estado pobre, então ele sempre conseguiu, tem uma população maior e tem uma bancada maior. Então nós só temos dezesseis Deputados em Brasília.

Então quando os Estados do Norte e do Nordeste se organizam, eles conseguem o recurso todo para eles, e Santa Catarina eles consideram que é um Estado rico, que não precisa de dinheiro. Eu participo dessas reuniões desde 1980, quando eu fazia o orçamento da Escola Técnica Federal ali na Mauro Ramos. Então Santa Catarina sempre foi vista como um Estado rico, que não precisa de dinheiro.

Então, só representação política é a minha resposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, Secretário Paulo Eli, suas assessoras, vou me permitir fazer alguns comentários. E vou fazer alguns comentários pegando um gancho na fala final do eminente Secretário Paulo Eli, quando ele diz que falta representação política de Santa Catarina. Não que a nossa representação não tenha trabalhado muito fortemente na busca incansável dos recursos para Santa Catarina. Talvez sua excelência queira ter dito que, quando se fala em falta de representação política, é na quantidade de representantes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sim, é um número menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos lá: os quatro Estados do Norte: Roraima, Rondônia, Acre e Amapá não chegam a 2.200.000 habitantes, mas somando a representação na Câmara Federal desses quatro Estados, eles têm 32 Deputados Federais.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É oito, no mínimo, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Porque a Constituição Federal diz que eles devem ter, no mínimo, oito Deputados, enquanto Santa Catarina, com 7.000.000 habitantes, tem 16 Deputados Federais. Exige-se, portanto, um novo pacto federativo, a reforma do Estado como um todo. Uma redistribuição dos recursos arrecadados.

Infelizmente, nós temos uma pirâmide muito perversa no Brasil, na base da pirâmide, os Municípios sem nada; no meio, os Estados com pouco; e no topo dessa pirâmide, a União federal com quase tudo o que se arrecada. Tanto é verdade o que eu digo, que dos R\$ 50 bilhões arrecadados em impostos no passado, somente R\$ 9 bilhões retornaram a Santa Catarina. Somos o 7º maior arrecadador de impostos e o 4º pior em termos de devolução. Então, na verdade, a reforma do Estado, o pacto federativo tem que, efetivamente, existir.

Mas eu quero fazer alguns comentários. O Secretário não tocou na renúncia fiscal. Estão previstos na LDO do ano que vem de cerca de R\$ 6 milhões. Para um orçamento que pode estar vindo para a Assembleia, de cerca de R\$ 27 bilhões, R\$ 28 bilhões, é quase 25% de tudo o que se arrecada no Estado. Renúncia fiscal para alguns segmentos que está *ad perpetuam*. Alguns, evidentemente, têm que ser contemplados mesmo em razão de problemas de concorrência com outros Estados, de competitividade, mas alguns segmentos, por lei, têm renúncia fiscal *ad perpetuam*.

Senhores Deputados da Comissão de Finanças, nós temos que pensar num novo modelo para o ano que vem e para os próximos anos. É uma forma de colocar, de fazer voltar dinheiro para os cofres do Estado para os investimentos que tanto se precisa. Vou me permitir discordar um pouco do Secretário Paulo Eli quando ele fala que as áreas prioritárias do Estado têm que ter investimento permanente. Rodovias, eu sou amplamente favorável à concessão das rodovias para a iniciativa privada, PPP (Parceria Público-Privada), mas na modalidade de concessão, da mesma forma como foi feito com o Aeroporto Internacional de Florianópolis. Faz-se a licitação, publica-se o marco regulatório e, num leilão internacional, além dos compromissos que a empresa que ganhar terá no futuro, ainda recolhe recursos aos cofres do Estado. No caso, fruto da União, cerca de quase R\$ 250 milhões com o simples ato da concessão.

Nós temos rodovias muito importantes em Santa Catarina em que podemos fazer a concessão com pedágio. Só para vocês terem uma ideia, nós temos a Rodovia 283, que liga Concórdia até Mondaiá, no extremo oeste, com cerca de 300 quilômetros que precisam de cerca de R\$ 500 milhões para sua recuperação. Ou seja, só a



interferência funcional, o recapeamento com sinalização, sem alargamento de pista, sem nada. Então nós precisamos realmente fazer o pedagiamento das nossas rodovias, a exemplo do que ocorre em outros Estados. Mas um pedagiamento cumprindo com a realidade de Santa Catarina.

Para finalizar, eu quero ainda fazer o seguinte comentário, e aí concordar com o Secretário Paulo Eli quando ele diz que a solução dos nossos problemas é a volta do crescimento econômico e muito mais do que nós tínhamos há um ano, dois anos ou três anos.

Para fazer a referência ainda, fazendo um parêntese: o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, neste ano de 2018, vai bater a marca de quarenta milhões de passageiros. Todo mundo acha que é algo maravilhoso, quarenta milhões de passageiros é a marca que ele vai bater do ano de 2013. Em 2013, passou pelo Aeroporto de Guarulhos, Deputado Gabriel Ribeiro, quarenta milhões de passageiros. Veja o quanto regredimos nesses anos todos. Em 2018, estamos voltando ao patamar de 2013. Em Santa Catarina não é diferente.

O nosso Estado, que é um Estado territorialmente pequeno, e pequeno populacionalmente, não é um Estado consumidor de produto acabado de prateleira. Não é. Nós somos um Estado consumidor de matéria-prima, de insumos. Nós, sim, fizemos a transformação para botar o produto acabado de prateleira nos outros Estados. Tanto é verdade o que eu digo que aqui em Santa Catarina nós não vemos grandes centros de distribuição da Walita, da GE, enfim, das grandes empresas de São Paulo, de Minas etc., mas nós vemos em São Paulo centros de distribuição da Perdigão, da Sadia, da Seara, da cerâmica Portobello, da Eliane, do Frigorífico Pamplona, da Docol, da Tigre e da Weg. Então nós vemos nos grandes centros, centros de distribuição dessas empresas porque aqui se produz muito. Não tenho dúvida nenhuma, e são, realmente, produtos de qualidade.

E, por último, um dado extremamente importante: o Paraná, até há oito anos, dez anos, era um dos maiores fornecedores de matéria-prima para Santa Catarina, especialmente do agronegócio do milho, porque é um grande produtor de milho. Ele acabou descobrindo o grande filão e alavancou a sua economia quando a população local e os empresários locais começaram a investir na transformação do agronegócio. Ou seja, começaram a construir frigoríficos usando a sua matéria-prima, o milho, a um custo muito, muito baixo de transporte para a sua produção. E, aí, Deputado Milton Hobus, o que aconteceu? Nós, que éramos o maior produtor de aves do Brasil, passamos a ser o 2º, e o Paraná em 1º.

Então, todo o milho consumido no Paraná é consumido no seu agronegócio, enquanto que Santa Catarina, ainda para manter a sua produção, precisa buscar o milho lá no Mato Grosso, a quase dois mil quilômetros, a um custo altíssimo. Ainda na semana retrasada, em visita ao presidente da Aurora, o senhor Mário Lanznaster, e ele me disse o seguinte: Deputado, se nós tivermos uma redução de R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 por saco de milho, é um lucro extraordinário para o agronegócio de Santa Catarina.

Por isso que nós estamos efetivando ainda no final do mês – e amanhã tem um evento na Federação das Indústrias – a nova rota do milho para Santa Catarina, que é importar o milho do Paraguai, a uma distância de apenas trezentos quilômetros via Porto Seco de Dionísio Cerqueira, a aduana de Dionísio Cerqueira, que infelizmente, apesar de ser uma aduana moderna e com capacidade de operar quatro mil carretas por mês, opera não mais do que mil, em razão da ineficiência do serviço federal prestado, tanto no que diz respeito à Receita Federal quanto ao Ministério da Agricultura. Chega-se ao absurdo, Deputado Milton Hobus, de que a Receita Federal e o Ministério da Agricultura não se conversam dentro da aduana, cada um faz o seu serviço separado, e



por isso que tem caminhão que leva 25 dias, 30 dias parado na aduana. Em São Borja, no Rio Grande do Sul, onde nós temos a aduana concessionada, a sua administração não é do serviço público federal, um caminhão fica em média cinco dias parado, e os empresários do extremo oeste de Santa Catarina e do extremo noroeste e sudoeste do Paraná estão preferindo exportar e importar por São Borja, aumentando o percurso, mas diminuindo o tempo de permanência de uma carreta no pátio da aduana.

Então essa é a Santa Catarina que precisa crescer bastante, e o crescimento realmente é a solução do nosso negócio.

Quero agradecer aqui pela participação do Secretário Paulo Eli e das suas assessoras. Muito obrigado pela participação de todos.

Está encerrada a presente audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*)
[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini] [Taquígrafa Leitura final: Ana Rita M. de Souza]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO